



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Olhando para as quatro regiões dos dois lados do estreito, só Macau é que não consegue acompanhar a evolução dos tempos, pois o Interior da China e Taiwan já implementaram a lei sindical e Hong Kong já tem a *Trade Unions Ordinance*. O Governo divulgou, este ano, o relatório de estudo sobre a aplicação do erário público, sublinhando que mais de 97% dos residentes entrevistados manifestaram “desconhecimento total” ou “pouco conhecimento” sobre a lei sindical, e entendem que a sua elaboração não é urgente. Nos termos do artigo 27.º da Lei Básica de Macau, os residentes de Macau gozam do “direito e liberdade de organizar e participar em associações sindicais e em greves”, mas não se sabe quando é que a lei sindical vai ser implementada. Foi usado o pretexto do desconhecimento da lei sindical por parte da maioria da população para atrasar a sua produção legislativa, ora, isto significa que a causa passa a efeito.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo gastou dinheiro do erário público com a adjudicação dos estudos sobre a lei sindical. Assim, deve assumir as suas responsabilidades (não devendo usar o referido pretexto para arrastar a produção legislativa) e iniciar oficialmente o trabalho legislativo sobre a lei sindical. Vai fazê-lo?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Após anos de preparação e consideração, a lei sindical local deve estabelecer regulamentos específicos sobre a constituição de associações, a participação em associações, actividades sindicais, negociações colectivas e em greves. O Governo concorda com isto?
3. Se o Governo pretende legislar num contexto em que a maioria dos residentes conheça a lei sindical, então, deve avançar com a respectiva consulta pública ainda este ano, de modo a que a maioria dos residentes possa ter conhecimento da lei sindical e dar a sua opinião o mais cedo possível. Vai fazê-lo?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Ng Kuok Cheong

7 de Setembro de 2020